

PSICOLOGIA ESCOLAR: DESAFIOS ENCONTRADOS POR PSICÓLOGOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019

Geísa Caldeira Santana¹
Magalí de Paula Silva Santana²

psicomagalisantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

A função da escola é tornar os bens culturais da humanidade acessíveis a todos, proporcionando oportunidades de aprendizado e crescimento para os indivíduos na sociedade. A interação entre psicologia e educação, em conexão com as teorias do conhecimento, é um tema que tem sido presente ao longo da história do pensamento humano e representa um campo de estudo vasto e complexo. Este estudo qualitativo teve como objetivo investigar os principais desafios encontrados por psicólogos escolares, após a implementação da Lei 13.935, de 2019. Utilizando o método de observação, o estágio supervisionado acompanhou o trabalho de duas psicólogas em doze escolas municipais, observando práticas e interações. Os resultados revelaram desafios como a falta de compreensão do papel das psicólogas, a ausência de espaços adequados para atendimento e intervenções, e a falta de apoio da secretaria de educação. Esses desafios dificultam a efetiva implementação da lei, gerando impactos negativos na qualidade do trabalho dos profissionais e no ambiente escolar como um todo. Estudos como este são importantes para ilustrar a realidade encontrada por profissionais de psicologia nas escolas, buscando, a partir deles, traçar planos que objetivam diminuir, ou até mesmo eliminar, obstáculos que impedem a execução eficaz do trabalho dos psicólogos escolares. As dificuldades encontradas destacam a necessidade de revisão e ajuste das políticas educacionais para garantir um ambiente escolar mais propício ao desenvolvimento integral dos alunos e ao trabalho eficaz dos psicólogos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 13.935/2019; psicologia escolar; desafios.

1 INTRODUÇÃO

A função da escola é tornar os bens culturais da humanidade acessíveis a todos, proporcionando oportunidades de aprendizado e crescimento para os indivíduos na sociedade. A interação entre psicologia e educação, em conexão com as teorias do conhecimento, é um tema que tem sido presente ao longo da história

¹ Acadêmica do 4º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice - Univértix-Matipó/MG.

² Psicóloga, psicopedagoga e professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix - Matipó/MG.

do pensamento humano e representa um campo de estudo vasto e complexo (Antunes, 2008).

Nas escolas a prática da Psicologia se manifesta em duas dimensões: Psicologia Educacional e Psicologia escolar. Segundo Antunes (2008), a Psicologia Educacional é uma subdivisão de conhecimento que se dedica à compreensão dos aspectos psicológicos presentes no processo de ensino e aprendizagem. Em contraste, a Psicologia Escolar é uma área profissional que concentra sua atuação no contexto específico da escola e nas interações que ocorrem dentro dela durante o processo educacional. Ela baseia sua prática nos conhecimentos gerados pela Psicologia Educacional, assim como em outras áreas e subáreas da psicologia e do conhecimento em geral.

O Conselho Federal de Psicologia, no documento de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na educação Básica, edição revisada, salienta que ao interagir com os indivíduos e suas experiências pessoais, o psicólogo, em colaboração com professores e a comunidade escolar, pode facilitar a identificação de desafios na aprendizagem, evasão escolar, ocorrências de violência, entre outros problemas, que muitas vezes estão ligados a contextos de grande carência econômica, racismo, discriminação de gênero e de orientação sexual (CFP, 2019).

Diversos desafios são encontrados por psicólogos dentro das escolas. Castro (2017) destaca os mais comuns entre os psicólogos escolares: falta de definição clara do papel do psicólogo na escola; indefinição das responsabilidades atribuídas; dificuldades de comunicação com outros profissionais, resultando em conflitos internos entre psicologia e pedagogia; restrição de horas de trabalho devido à falta de recursos para manter um psicólogo ou por priorização de outras áreas; formação inadequada para lidar com as demandas específicas do ambiente escolar; e uma tendência predominante de resistência entre os profissionais, que tendem a trabalhar de forma isolada.

O trabalho em questão surge a partir de uma experiência de estágio básico supervisionado em Educação, do curso de Psicologia. Foram realizadas observações semanais, através do acompanhamento dos serviços prestados por duas psicólogas da rede municipal de ensino, em doze escolas de educação infantil e ensino fundamental um.

O objetivo deste trabalho é investigar os principais desafios encontrados por psicólogos escolares, após a implementação da Lei 13.935, de 2019.

Nossa hipótese para essa questão é que mesmo após cinco anos da implementação da lei, que estabelece a prestação de serviços de psicologia e assistência social nas redes públicas de educação básica, não houve muito progresso com relação a estrutura e informações suficientes para que a mesma possa ser executada com a qualidade pretendida.

Estudos como este são importantes para ilustrar a realidade encontrada por profissionais de psicologia nas escolas, buscando, a partir deles, traçar planos que objetivam diminuir, ou até mesmo eliminar, obstáculos que impedem a execução eficaz do trabalho dos psicólogos escolares. Além disso, é possível dar mais visibilidade a um tema muito importante, diante das inúmeras demandas que surgem no contexto escolar e que podem ser sanadas por esse profissional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do tempo, a escola passou por diferentes configurações, adaptando-se às demandas que surgiam. Inicialmente, era reservada principalmente para uma elite, cujo papel era cumprir certas funções sociais alinhadas aos interesses predominantes da época (Antunes, 2008).

A Constituição Federal, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, traz em seu Artigo 205 que, a educação é um direito de todos e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. O seu objetivo é garantir o desenvolvimento integral da pessoa, preparando-a para participar ativamente na sociedade como cidadão e para estar qualificado para o mercado de trabalho (Brasil, 1988).

Nesse cenário, Antunes (2008) explana que a psicologia educacional emerge como um campo específico de estudo dedicado à compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Sua missão é gerar conhecimento sobre como os fenômenos psicológicos influenciam a educação.

A prática da Psicologia se expressa em dois aspectos distintos, psicologia educacional e psicologia escolar:

Psicologia educacional e psicologia escolar são intrinsecamente relacionadas, mas não são idênticas, nem podem reduzir-se uma à outra, guardando cada qual sua autonomia relativa. A primeira é uma área de conhecimento (ou subárea) e, grosso modo, tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo. A outra constitui-se como campo de atuação profissional, realizando intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado, tendo como foco o fenômeno psicológico, fundamentada em saberes produzidos, não só, mas principalmente, pela subárea da psicologia, a psicologia da educação (Antunes, 2008, p. 470).

Para Castro (2017), a psicologia educacional parte de uma perspectiva crítica da sociedade, buscando entender o contexto social e comunitário como elementos essenciais para avaliar de forma abrangente os processos de ensino e aprendizagem. Destaca-se o papel da intervenção psicológica na melhoria das condições de aprendizagem e desenvolvimento, fazendo uso de recursos teóricos e legislativos relacionados à educação.

A lei 13.935/2019 surge para atender essa demanda. Publicada no dia 12 de dezembro de 2019, no Diário Oficial da União, trata da oferta de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de ensino básico. Esta lei representa um importante avanço na luta pela presença dos profissionais de psicologia no ambiente educacional (Bertasso e Dos Anjos, 2022).

A lei tem como propósito atender às demandas e prioridades estabelecidas pelas políticas educacionais, através de equipes compostas por diversos profissionais, que irão implementar ações visando aprimorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Essas equipes devem envolver a comunidade escolar e atuar na mediação das relações sociais e institucionais. Todo o trabalho realizado pela equipe multiprofissional deve estar alinhado com o projeto educativo das redes públicas de ensino básico e de suas escolas (Brasil, 2019).

Segundo Castro (2017), é crucial que o psicólogo escolar esteja sempre expandindo seu repertório de conhecimentos e promovendo espaços para diálogos e colaboração, evitando se limitar a uma única teoria para interpretar todos os fenômenos. Isso impede a padronização das dificuldades que podem surgir nas interações escolares.

As atribuições do psicólogo escolar são descritas de várias maneiras, mas há um consenso geral de que ele deve promover o crescimento dos alunos dentro do ambiente escolar, agindo como um facilitador de mudanças. Isso implica trabalhar

em equipe com outros profissionais da escola e adotar uma abordagem ampla que valorize diversas práticas, abandonando uma visão individualista e buscando ser dinâmico e inovador (Castro, 2017).

No ambiente escolar, os psicólogos enfrentam desafios que incluem a falta de reconhecimento e aceitação de seu trabalho, questões financeiras como salários baixos, e dificuldades para realizar suas atividades devido a obstáculos apresentados por pais, alunos, comunidade e até mesmo pela própria escola. Além disso, a formação contínua é um desafio constante para os psicólogos escolares, uma vez que precisam estar sempre atualizados devido à complexidade da realidade em que atuam (Castro, 2017).

De Oliveira (2002) relata que na atualidade, as pessoas estão imersas na era da tecnologia, onde as mudanças ocorrem de forma constante e rápida. No entanto, a educação parece ter ficado estagnada, resistindo às transformações e não acompanhando o ritmo das crianças e jovens. Muitas vezes, em vez de se adaptar, tenta controlá-los, rotulando-os como indisciplinados ou desinteressados. O grande desafio atual da educação é se reinventar, abrir-se para mudanças e tornar-se atrativa para os alunos, incentivando-os a serem participantes ativos na construção do conhecimento.

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa utilizando o método de observação. Conforme Marconi e Lakatos (2022), a pesquisa qualitativa concentra-se em examinar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Ela oferece uma análise detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, entre outros. Seu objetivo é alcançar uma compreensão particular do objeto investigado. Ao focalizar o específico e o peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos dentro do contexto em que surgem.

Por outro lado, o método de observação é descrito por Belei *et al.*, (2008) como um processo que se desdobra em várias partes: o objeto observado, o sujeito, as condições, os meios e o sistema de conhecimentos a partir dos quais se formula o objetivo da observação. As condições de observação são as circunstâncias nas

quais ela se realiza. O sistema de conhecimento é o conjunto de conceitos, categorias e fundamentos teóricos que embasam a pesquisa. Durante a observação, são registrados dados visíveis e de interesse da pesquisa, sendo as anotações feitas por meio de registro cursivo (contínuo), uso de palavras-chave, checklist e códigos, os quais são transcritos posteriormente.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada mediante o acompanhamento de duas psicólogas responsáveis, por doze escolas da rede municipal de educação, totalizando quarenta horas. Essa oportunidade permitiu a observação do funcionamento, das atividades, do público e da demanda dos serviços ofertados.

As escolas observadas estão localizadas, tanto em área urbana, quanto rural de uma cidade na Zona da Mata Mineira, direcionando suas atividades ao ensino de crianças da educação infantil e ensino fundamental I, com idades entre quatro e dez anos. O quadro de funcionários das escolas é composto por coordenadoras, professoras, monitoras, pedagogas, secretárias, serventes escolares, além das psicólogas que realizam visitas semanais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Moura e Hernandes (2021), desde o ano 2000, tramitava no Congresso um projeto para inserir profissionais da Assistência Social e da Psicologia nas equipes escolares, visando formar uma equipe multidisciplinar. Após anos de luta, a Lei 13935/19 foi aprovada, garantindo que todas as escolas públicas tenham essa equipe. O psicólogo na escola busca mitigar conflitos e oferecer apoio a indivíduos em sofrimento psicológico, cujo mal-estar afeta não apenas seu aprendizado, mas também suas relações sociais. É fundamental o acompanhamento dessa equipe para oferecer suporte e resolver problemas, não apenas rotular o aluno como um caso problemático.

A Lei 13.935, de 2019 surgiu com o intuito de trazer melhorias à qualidade do ensino e aprendizagem, facilitando a mediação das relações sociais na escola e promovendo o bem-estar dos alunos. No entanto, diariamente, profissionais de

psicologia enfrentam diversas barreiras nas redes públicas de educação, apontando a necessidade de mudanças para alcançar seus objetivos adequadamente.

Durante o estágio realizado em doze escolas da rede municipal, identificaram-se vários desafios enfrentados pelas psicólogas no ambiente escolar. A coleta de dados revelou a falta de compreensão, por parte das profissionais da escola, sobre o papel das psicólogas no local. Mesmo após apresentações e explicações sobre suas funções, as psicólogas são frequentemente solicitadas a cumprir tarefas que não fazem parte das tarefas previstas para este profissional, como elaboração de relatórios escolares solicitados pelas famílias às professoras ou elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), também de responsabilidade do professor.

Outro desafio encontrado foi a falta de locais adequados para atendimento e intervenções. Das doze escolas visitadas, apenas uma possuía uma sala de recursos que poderia ser utilizada para atendimento psicológico. No entanto, essa sala, muitas vezes, por permanecer bom tempo fechada, apresentava condições inadequadas, como um forte cheiro de mofo, dificultando sua utilização. Diariamente, as psicólogas são obrigadas a realizar suas atividades em espaços impróprios, como refeitórios, bibliotecas ou salas de professores, prejudicando a qualidade do trabalho e a garantia do sigilo profissional.

As psicólogas escolares frequentemente enfrentam dificuldades para exercer suas funções adequadamente, devido à falta de apoio da secretaria de educação. Elas recebem respostas negativas ao apresentar projetos de intervenção, não são ouvidas ao denunciar atitudes abusivas presenciadas na escola e ficam limitadas em suas atividades, devido a questões políticas.

Castro (2017) salienta que, os desafios encontrados pelos psicólogos escolares pautam-se na dificuldade de obtenção de autonomia para desempenhar suas atividades inerentes. A falta de autonomia é uma barreira significativa, exacerbada pelo desconhecimento do papel do psicólogo escolar e pela necessidade constante de busca por conhecimento na área de atuação. Além disso, há a dificuldade de adesão dos alunos às atividades propostas e a visão equivocada dos professores, que esperam uma postura clínica e remediativa do psicólogo. Essa

visão limita a abertura para o trabalho de construção coletiva através de atividades conjuntas, gerando resistência à parceria com o psicólogo.

Esses desafios dificultam o desenvolvimento da prática profissional, restringindo os trabalhos na escola e ocupando o tempo do psicólogo com funções que não são de sua competência. A sobrecarga resultante impede que o psicólogo ofereça suporte adequado a todas as áreas da escola, levando à perda da qualidade das atividades devido ao pouco tempo disponível. Esses fatores, portanto, dificultam significativamente o desenvolvimento do trabalho dos psicólogos escolares (Castro, 2027).

Após a conclusão do estágio, fica evidente que a implementação da Lei 13.935/2019, apesar de objetivar melhorias no ambiente escolar, não considerou adequadamente como sua execução seria efetivada. Isso resulta em vários desafios para os profissionais de psicologia, muitas vezes desanimando-os ou até mesmo levando-os a desistir da área de atuação. Além disso, isso desestimula a formação de novos profissionais da área, que podem preferir escolher outras abordagens após passar pelo estágio em Psicologia Escolar.

Oliveira (2023) relata que os principais desafios para a implementação da Lei 13.935/2019 nas escolas públicas incluem um contexto político e ideológico adverso. A direção política atual apresenta um empecilho significativo, pois suas ações em educação tendem a reforçar as estruturas do modelo capitalista atual, contrastando com o potencial emancipatório da lei. As condições socioeconômicas e históricas no Brasil, onde a educação é historicamente um privilégio e não um direito universal, ainda excluem uma parcela significativa da população do ambiente escolar devido às profundas desigualdades sociais. A implementação efetiva da Lei 13.935/2019 requer uma mobilização contínua da classe trabalhadora e uma articulação coletiva consciente, envolvendo ativamente profissionais do serviço social e da psicologia, junto com toda a comunidade escolar, na luta por uma educação democrática.

A inclusão de assistentes sociais e psicólogos nas escolas depende de recursos financeiros e de infraestrutura adequados. A alocação de vagas para esses profissionais é um passo importante, mas insuficiente sem um investimento contínuo e sustentável. As ações que contradizem a democratização da educação representam desafios adicionais. Essas medidas, que podem restringir o acesso e a

qualidade da educação, precisam ser enfrentadas por meio de políticas que promovam a inclusão e a igualdade. Embora a Lei 13.935/2019 tenha um grande potencial emancipatório, sua efetivação exige que se lide com as contradições e especificidades do contexto local. A implementação da lei deve ser vista como parte de um esforço maior para transformar a realidade educacional e social, enfrentando as barreiras impostas pelo sistema vigente (Oliveira, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi identificar e compreender os principais desafios enfrentados por psicólogos que atuam na rede pública de educação. A experiência de estágio escolar foi extremamente gratificante e desafiadora. Em vez de escolher uma única escola para observar, optei por acompanhar as psicólogas em todas as escolas que elas atendem. Com isso, tive a oportunidade de observar a realidade que as profissionais enfrentam e, principalmente, fazer uma comparação entre as instituições, suas equipes profissionais e os alunos. Pude perceber o quanto as escolas compartilham dos mesmos desafios, ao mesmo tempo em que cada uma apresenta suas particularidades, demandando uma atenção diferenciada.

Além de comparar as escolas individualmente, a escolha do método para realização do estágio também me permitiu observar a diferença existente entre a realidade vivida pelas escolas localizadas na área urbana, daquelas que se encontram na zona rural, assim como fazer uma comparação entre as pessoas que habitam nessas duas áreas e frequentam a escola.

Acompanhar e observar as psicólogas em suas rotinas diárias de trabalho trouxe uma percepção clara de como é a vida profissional delas, além de perceber como, apesar dos desafios, sua presença dentro das escolas faz toda a diferença na vida das pessoas ali presentes. Vivenciar na prática essa atuação trouxe grande aprendizado e experiência para meu futuro profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008.

BELEI, Renata Aparecida *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, n. 30, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1770>. Acesso em: 01 de maio 2024.

BERTASSO, Maria Laura Lopes; DOS ANJOS, Ricardo Eleutério. A Psicologia nas Redes Públicas de Educação Básica: Uma análise da Lei No. 13935/2019 à luz da Teoria Histórico-Cultural. **Revista GESTO-Debate**, v. 6, n. 01-31. Campo Grande/MS, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17159>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 01 mai. 2024.

CASTRO, Cássia Cassimiro de Oliveira. **Desafios encontrados na atuação do psicólogo escolar**. 2017. TCC (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário do Cerrado, Patrocínio/MG, 2017. Disponível em: https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/psicologia/monografias/20172/DESAFIOS_ENCONTRADOSNAATUACAODOPSIKOLOGOESCOLAR.pdf Acesso em: 01 mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA -CFP (Org.). **Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) na educação básica**. Edição Revisada, Brasília-DF, 2019: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: file:///C:/Users/geisa/Downloads/APznzaZpyxYWHTqo7QwuusRomEZ2LNUq1aj-3_pxYS86s_sGhyWKmfHF5ySJT_5tbURhDrD4KNkACVkvRNZWs--umyVcUOE_3DBm.pdf. Acesso em: 01 mai. 2024.

DE OLIVEIRA, Francisco Jose. **Desafios da educação na contemporaneidade**. Goiânia – GO, 2002: Site Meu Artigo. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/desafios-educacao-na-contemporaneidade.htm>. Acesso em: 01 mai. 2024.

MOURA, Viviane Andrade; HERNANDES, Lincon Fricks. **Psicologia escolar: contextualização**. Cachoeiro de Itapemirim –ES, Anais do Seminário Científico do

UNIFACIG, n. 7, 2021. Disponível em:
<https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/2855>. Acesso em: 08 de junho 2024.

OLIVEIRA, Ana Marise Dorneles de. **Desafios para a implementação da Lei 13.935/2019 no DF: uma breve análise da educação básica no Distrito Federal entre 2019 e 2022.** Brasília-DF. BDM Universidade de Brasília. 2023. Disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/37817/1/2023_AnaMariseDornelesOliveira_tcc.pdf. Acesso em: 28 de jun. de 2024.